

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais esportivos para a execução de projetos sociais de escolinhas de iniciação esportiva promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Lei nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 599/2020; Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993.
1.4	Período:	Imediato;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	COLETE esportivo reforçado, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, tamanho único “G”; material: 100% poliéster; medidas aproximadas: mínimo de 65cm de altura x 40cm de largura, que expande devido aos elásticos laterais. 8 cores diferentes (10 de cada cor).	UND	80
02	CONE esportivo; material: plástico flexível; tamanho: no mínimo 23cm de altura, base de no mínimo 13cm de diâmetro.	UND	50
03	CONE esportivo do tipo “chapéu chinês”; material: plástico flexível ou polímero siliconado; no mínimo 4cm de altura.	UND	30
04	BOLA DE FUTSAL , confeccionada em PVC ou TPU, com peso aproximado de, no mínimo, 400g; tamanho: no mínimo 60cm de circunferência.	UND	30
05	BOLA DE TÊNIS multisuperfície, confeccionada em feltro e borracha,	UND	36

	salto de 900-100cm.		
06	BOLA DE HANDEBOL H1 , confeccionada em PVC, poliuretano ou borracha, com circunferência mínima de 48cm; peso mínimo de 260g a 330g, matrizada com 32 gomos.	UND	01
07	BOLA DE HANDEBOL H2 , confeccionada em PVC, poliuretano ou borracha, com circunferência mínima de 54cm e peso de, no mínimo, 325g a 375g, matrizada com 32 gomos.	UND	02
08	BOLA DE HANDEBOL H3 , confeccionada em PVC, poliuretano ou borracha, com circunferência mínima de 58cm e peso de, no mínimo, 400g a 475g, matrizada com 32 gomos.	UND	03
09	BOLA DE VÔLEI de quadra, confeccionada em PVC, PU ou TPE, com circunferência mínima de 62cm a 67cm e peso médio de 250g a 270g, forro termofixo, matrizada com 18 gomos.	UND	15
10	BOLA DE FUTEBOL de campo, com revestimento de PU ou TPU, costurada, com circunferência mínima de 67cm a 73cm e peso de aproximadamente 400g, matrizada com 12 gomos.	UND	30
11	BOLA DE RUGBY , confeccionada com laminado de borracha ou material sintético, costurada, com miolo removível, forro multiaxial, circunferência mínima de 68cm a 74cm, 4 gomos e peso de, no mínimo, 400g a 440g.	UND	05
12	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY , confeccionada em PU ou PVC, com costura reforçada, circunferência de, no mínimo, 66cm a 69cm e peso entre 420g a 435g, com câmara de ar de borracha.	UND	20
13	ESCADA DE AGILIDADE , confeccionada em fita cadarço de 40mm no mínimo, extensão total de, no mínimo, 4 metros e largura mínima de	UND	10

	45cm; degraus ajustáveis confeccionados em PVC.		
14	CRONÔMETRO digital e progressivo para treinos, com mostrador de hora, minuto e segundo, com funções de cronômetro, 2 tempos, calendário, alarme programado, alarme de hora; resolução 1/100 segundos, alimentado por 1 pilha LR44; material: plástico e componentes eletrônicos.	UND	10
15	APITO profissional, com embocadura anatômica, confeccionado em metal ou plástico, com cordão de nylon e bolinha interna, tamanho G (aproximadamente 5cm de comprimento x 2cm de largura).	UND	10
16	BOMBA DE AR PARA ENCHER BOLAS , tamanho padrão, confeccionada em plástico, polipropileno ou metal, com mangueira e agulha de metal rosqueável.	UND	10
17	COLCHONETE ESPORTIVO de espuma, com densidade mínima de 40, forrado em EVA, nylon ou bagum, com dimensões mínimas de 2cm de espessura, 40cm de largura e 90cm de comprimento.	UND	30
18	REDE DE FUTSAL nas medidas e padrões oficiais, fio 2mm, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 12x12, dimensões aproximadas de 3,20m de largura x 2,10m de altura x 40cm de recuo superior x 80cm de recuo inferior, seguindo o padrão oficial.	PAR	10
19	REDE PARA ARO DE BASQUETE modelo “chuá”, fio 4, confeccionada em polipropileno ou polietileno virgem, com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 7x7 e dimensões mínimas de 40x45cm.	PAR	10
20	TABELA DE BASQUETE COM ARO , nos padrões oficiais, confeccionada em compensado naval de, no mínimo, 2cm de espessura, com moldura e cantoneiras de metal, medidas de 1,20m x 1,80m, com aro confeccionado em material metálico com 46cm de diâmetro, de modo a seguir os padrões oficiais, e rede 100% polipropileno.	UND	06

21	BALIZAS DE FUTSAL COM REDE. Traves de futsal nas medidas oficiais, com perfil tubular de, no mínimo, 3 polegadas de diâmetro, 2mm de espessura, desmontável, com rebaixo de superfície para receber tampa de aço a nível do piso, ganchos de segurança torcidos para montagem da rede, pintura em esmalte sintético branco, medidas aproximadas de 2m de altura, 3m de largura, 35cm de recuo superior e 80cm de recuo inferior, conforme modelo oficial.	UND	04
-----------	--	-----	----

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Observa-se, ao longo do tempo, que a falta de ações e projetos sociais em comunidades têm contribuído com o aumento da vulnerabilidade social e o crescimento das comunidades, que acabam por se desenvolverem de forma desordenada e sob más-influências. O tempo reduzido no ambiente escolar, principalmente em detrimento da pandemia, aliado à falta de recursos financeiros de muitas famílias, expõem crianças e adolescentes a estes riscos, que acabam por serem determinantes para o agravamento de uma sociedade cada vez mais problemática. O projeto Escolinha de Futsal, o primeiro de vários projetos de escolinhas de iniciação esportiva a serem realizados por esta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, tem como principal objetivo intervir nesse processo, levando aos jovens todos os benefícios que o esporte pode proporcioná-los, podendo, desta forma, alterar o curso da história de muitas crianças e adolescentes através do fomento e promoção do esporte. Para que isso ocorra, os materiais em comento se fazem de suma importância.

3.2 Neste sentido, a presente aquisição possuiu objetivo de atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, no que concerne à execução dos projetos de escolinhas de iniciação esportiva de Futsal, Basquete 3x3 e Fitness Funcional, que contemplarão cerca de 40 alunos cada, sendo estas, crianças carentes de nosso município.

3.2.1 Além disso, as aquisições aqui perquiridas atenderão as demandas diárias desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que, de modo a auxiliar os atletas e praticantes de esportes de nosso município, disponibiliza alguns tipos de equipamentos esportivos a estes atletas que se dirigem à Secretaria solicitando o empréstimo de equipamentos como bolas, redes e demais periféricos de forma a possibilitar e fomentar a prática do esporte no âmbito municipal.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas

de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes das aquisições, previstas no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	3.3.9.0.30.03
5.1.2	Fonte de Recurso:	01
5.1.3	Programa de Trabalho:	20001.2681200402085

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do pedido formal:

Nome do Requisitante	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Endereço	Av. Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo-RJ
Horário de Entrega	Segunda a sexta-feira, das 09 às 17 h.

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório após a verificação da qualidade e quantidade de material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.8 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.9 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Esportes e Lazer;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Thayan Hebert da S. Carestiato	62.164	Gestor titular
Aiã Reis Pinto José	62.162	Gestor substituto
Thiago Nunes Figueira	62.166	Fiscal titular
Antonio Carlos M. Mesquita	199.184	Fiscal substituto

13.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores técnicos administrativos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.3 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 06 de agosto de 2021.

GESTOR:	APOIO ADMINISTRATIVO:
<hr/> Thayan Hebert da S. Carestiato Matr.: 62.164	<hr/> Matheus Moreira Sanglard Matr.: 62.163

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

João Victor de Carvalho Duarte
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Matr.: 62.005